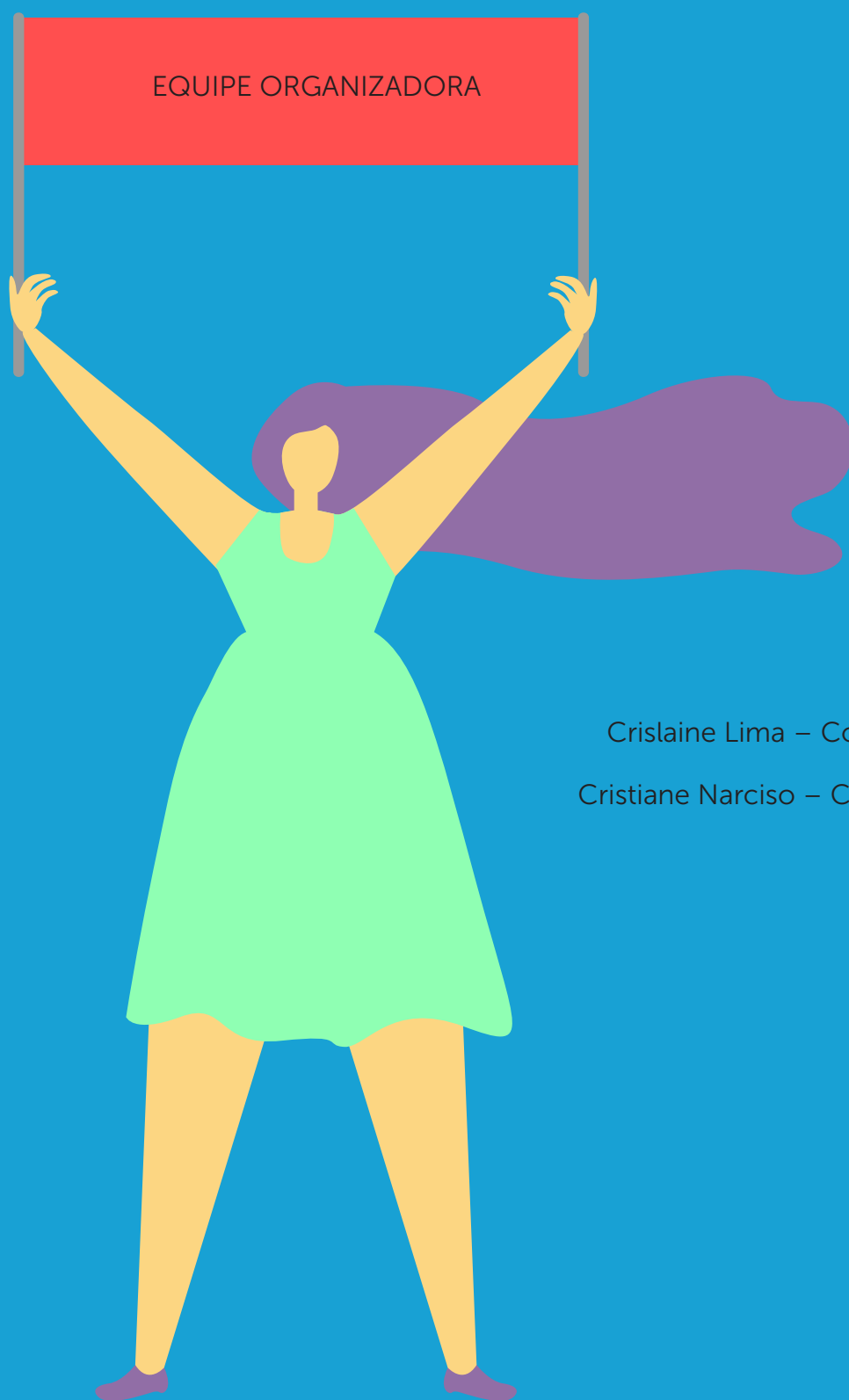


Projeto Caju Esporte Educação

é gol de letra!

CARTILHA DE ORIENTAÇÃO
**FORMAÇÃO DE
AGENTES SOCIAIS**



EQUIPE ORGANIZADORA

Coordenação

Cislaine Lima – Coordenadora de Projetos Rio

Cristiane Narciso – Coordenadora de Projetos SP

Equipe Formadora

Cristiane Sales

Deyse Cristiane Gonçalves

Estevão Neto

Karina Avelar

Priscila dos Santos

Tania Regina Campos

SUMÁRIO

Apresentação	4
Sobre o Projeto de Formação de Agentes Sociais.....	6
Objetivo	8
Para quem é.....	8
Sobre a Gol de Letra.....	9
Justificativa – O lugar social da mulher	11
Marcos Legais.....	15
Modelo formativo.....	19
Organização da rotina	20
Percurso Formativo	20
Resultados Esperados.....	24
Avaliação	25
Bibliografia.....	27

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar a todos nossos parceiros e públicos interessados a **I Cartilha de Orientação do Projeto de Formação de Agentes Sociais**, que faz parte do Projeto Caju Esporte Educação, realizado pela Fundação Gol de Letra e patrocinado pela Petrobras, por meio do **Programa Petrobras Socioambiental**. Este material tem como objetivo apresentar de maneira objetiva a organização do processo formativo das agentes sociais.

Este Projeto é uma iniciativa Gol de Letra que vem sendo desenvolvida desde 2003, na Cidade de São Paulo, na Comunidade Vila Albertina. E em 2021 com a parceria do Programa Socioambiental da Petrobras está sendo implantado na Cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Caju.

Nesses 18 anos de desenvolvimento do Projeto de Formação de Agentes Sociais, podemos afirmar que temos uma linha do tempo com resultados positivos, que justificam e fortalecem nossa intenção em disseminar esta estratégia para o território do Caju.

Como destaques apontamos:

- 2005 a 2007 – Avaliação externa¹ onde temos a comprovação de benefícios às mulheres que passaram pela formação, onde vimos que as participantes desenvolveram postura de liderança no âmbito local, mudanças pessoais positivas no ambiente familiar e comunitário, se sentem mais seguras e informadas.
- Avaliação qualitativa realizada em 2013, com assessoria, usando a metodologia de grupos focais com mulheres formadas em anos anteriores e mulheres formadas naquele ano, reforçou que o projeto segue impactando positivamente na vida das mulheres e da comunidade.

¹ Empresa BeCAP – Consultoria, Avaliação e Pesquisa

- 2015 - Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil para o Projeto de Formação de Agentes Sociais.
- 100% das avaliações internas realizadas pela Coordenação do Projeto, nos últimos 10 anos apresentam excelentes resultados.

Com esses pressupostos, para inaugurar o tão sonhado alinhamento entre as unidades Gol de Letra Rio e São Paulo na formação de mulheres agentes sociais, tornamos pública a sistematização deste projeto para reafirmar nosso compromisso institucional de sistematizar e disseminar nossas práticas, efetivando uma política de formação de pessoas qualificada e focada no desenvolvimento comunitário. Esperamos que esta cartilha sirva como fonte de pesquisa, planejamento e controle social para as agentes sociais e, ou pessoas interessadas nesta formação e também de inspiração para lideranças comunitárias, instituições não governamentais e toda a sociedade civil organizada no incremento de ações com foco no empoderamento, superação das desigualdades e reconhecimento das mulheres como potencias para o desenvolvimento de uma sociedade melhor.

“Eu acho que a mulher do fim do mundo é aquela que busca, é aquela que grita, que reivindica, que sempre fica de pé”.

Elza Soares

Sobre o Projeto de Formação de agentes sociais

O Projeto de Formação de Agentes Sociais tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento comunitário dos territórios onde a Fundação Gol de Letra desenvolve e, ou dissemina suas ações. Nesta ação, almejamos potencializar a capacidade de liderança das mulheres nos espaços comunitários e da sociedade em geral, oferecendo formação prática e teórica que fortaleça o olhar sobre si, sobre sua realidade e condição, para o fortalecimento das redes de cooperação entre a instituição e o território, a partir de espaços de formação sobre o cotidiano com o debate transversal de gênero, mulheres, sexualidade, território, segurança pública, raça, família.

A metodologia busca desenvolver com as mulheres ações com foco nos territórios e nas famílias atendidas pelas ações da Gol de Letra, atuando de maneira transversal e interligada com outros programas e projetos institucionais e das redes locais.

Com o caráter de dupla proteção desenvolvido pela Gol de Letra, buscamos com a formação das agentes sociais fortalecer a atuação voltada à transformação social por meio do desenvolvimento de habilidades, fomento das temáticas centrais para a garantia da discussão interseccional, da dignidade humana, da não violência e/ou discriminação.

É sabido que não podemos interferir em todas as esferas de problemas que constituem a frágil estrutura social dos territórios em que atuamos, já que urge a presença do Estado com suas políticas específicas. Contudo, buscamos atuar junto às mulheres, oferecendo ações em ciclos, que podem promover reflexões e mudanças de comportamentos que virão a impactar positivamente o cenário.

Assim sendo, o Projeto de formação de Agentes Sociais pretende com a formação e interlocução com mulheres, fomentar uma estratégia de aproximação e escuta com a comunidade e outros atores sociais locais, uma vez que seu propósito está alinhado ao protagonismo feminino, para potencializar que as mulheres se tornem referência para outras mulheres da comunidade e entre os moradores, como sujeitas de direitos e referências para a garantia da cidadania, de conhecimento e manutenção de direitos, numa atuação como mobilizadoras social.

Através da capacitação de mulheres moradoras dos territórios almejamos torna-las multiplicadoras de conhecimento e práticas, em temáticas relacionadas a cidadania, garantia de direitos, saúde, empoderamento feminino, direitos sexuais e reprodutivos, desenvolvimento territorial, raça e condição social.

Reconhecemos esta formação como uma Tecnologia Social com grande potencial de transformação social e com caráter emancipatório. Possuindo como diferencial, a diminuição da distância entre o saber popular e os conhecimentos institucionais.

Nessa perspectiva, a formação desenvolvida busca fortalecer, ao mesmo tempo, a mulher cidadã e a agente social - capaz de realizar intervenções na comunidade onde vive. A formação tem como expectativa a geração de impacto sobre sistemas amplos e complexos, atingindo não só o indivíduo ou a família, mas o local de moradia, a sociedade, a cultura e os valores.

Objetivo

Contribuir para a formação pessoal e coletiva de mulheres enquanto cidadãs éticas, críticas, conscientes da realidade e do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária a partir da abordagem dos temas transversais da educação e vida comunitária. Além de serem responsáveis por mobilizar as comunidades e beneficiários em torno do trabalho da Fundação Gol de Letra e de seus parceiros.

Para quem é

Mulheres

Idade entre 18 e 59 anos

Moradoras dos territórios do Caju e da Vila Albertina

**Escolaridade mínima -
Ensino fundamental completo**

Sobre a Gol de Letra

Criada em 1998, pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo, com o objetivo de dar outra perspectiva de vida para crianças e jovens de comunidades socialmente vulneráveis, a Gol de Letra tem a missão de “promover a educação integral de crianças, adolescentes e jovens por meio do esporte, cultura e formação para o trabalho”.

A abordagem socioeducativa da Fundação é baseada em três pilares: aprender (ampliação do repertório cultural, esportivo e educacional), conviver (desenvolvimento de valores e regras de convivência) e multiplicar (formação de multiplicadores de conhecimentos e atitudes).

Em 2001 a Fundação foi reconhecida pela UNESCO como modelo mundial no apoio a crianças em situação de vulnerabilidade social e, em 22 anos de existência, aumentou o número e a abrangência de seus programas, ganhou prêmios e reconhecimentos. Dentre os prêmios mais recentes destacam-se:

- Certificada entre as 100 Melhores ONGs do Brasil – Instituto Doar e ÉPOCA, 2017, 2018 e 2020;
- Finalista do Prêmio Itaú-Unicef de Educação Integral – Projeto Sexualidade em Ação, 2017;
- Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil para o Projeto de Formação de Agentes Sociais, 2015;
- Prêmio Itaú-Unicef de Educação Integral – Grande Vencedor Nacional para o Programa Virando o Jogo, 2013;
- Certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil para o programa esportivo Jogo Aberto, 2013;
- Prêmio Iniciativa de Ouro – Rádio ESPN Estadão para o programa esportivo Jogo Aberto, 2012;
- Prêmio Laureus ‘Sports for Good’ concedido ao fundador da Gol de Letra, Raí, 2012.

Por acreditar na construção de um país socialmente menos desigual, a Gol de Letra entende como essencial o atendimento às demandas específicas da infância e adolescência, público especialmente vulnerável às violações de direitos e à iniquidade. Sua proposta de Educação visa o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e prevê a diversidade e integração de ações e aprendizagens socioeducativas pensadas para um determinado contexto comunitário (microterritório). A integração dessas aprendizagens contribui para a construção coletiva de valores éticos e o desenvolvimento de aptidões para a vida social.

Para qualificar ainda mais as ações realizadas, em 2012 a Fundação Gol de Letra estabeleceu um Termo de Cooperação Técnica com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, agência de desenvolvimento internacional da ONU, que trata de questões populacionais, passando a ser responsável por ampliar as possibilidades de mulheres e jovens levarem uma vida sexual e reprodutiva saudável.

Ao longo de sua história, a Gol de Letra atendeu milhares de crianças, adolescentes, jovens e famílias, contribuindo para o desenvolvimento dos locais em que atua.

A prática da Fundação Gol de Letra envolve:

- a) Programas de contraturno escolar de Esporte, Cultura e Educação Integral;
- b) Projetos em parceria com escolas públicas;
- c) Projetos de mobilização comunitária;

Justificativa: O lugar social da mulher

Na sociedade contemporânea, a função de cuidado segue historicamente ligado ao papel da mulher, bem como a responsabilização desta pela educação de crianças e adolescentes, atenção aos idosos e proteção ao grupo familiar. Tais responsabilidades compõem as condições de trabalho e de reprodução social das mulheres, que enfrentam duras jornadas de trabalho e dão conta do trabalho doméstico (não pago) em suas casas.

Tal responsabilização também aparece na constituição das políticas públicas, em especial na política de assistência social e sua expansão a partir dos anos 2000, em que as mulheres tem sido tomadas como referencial das famílias em situação de vulnerabilidade social, a exemplo do programa de transferência de renda bolsa família. Logo, é importante ressaltar o risco do reforço dessa responsabilização, que por vezes é colocada justamente onde a intervenção das políticas públicas não é efetivada. (FREITAS, R.C.S.; BRAGA, C.D.; BARROS, N.V., 2012)

Atualmente, muito diferente de alguns anos atrás, as mulheres vêm conquistando o seu espaço e o respeito de todos no mercado de trabalho. Em um mundo globalizado onde há necessidade de reações rápidas e profissionais polivalentes, as empresas buscam unir as habilidades de homens e mulheres para aumentar sua produtividade, reduzir perdas, aperfeiçoar o tempo despendido em cada tarefa.

Contudo, muitas empresas procuram mulheres para ocupar cargos importantes pelo fato de serem polivalentes: são trabalhadoras fora de casa, são mães e ainda cuidam do lar. O cenário de hoje exige pessoas que consigam prestar atenção e fazer várias coisas ao mesmo tempo e ainda assim conseguir se atentar aos detalhes e se focar nas coisas realmente importantes. E o perfil feminino é o que mais se encaixa nesta descrição. Por outro lado, esta condição leva as mulheres a sofrerem mais de estresse, o que pode explicar o aumento das doenças do coração entre as mesmas.

A mulher ainda faz parte da chamada minoria dentro do mercado de trabalho, de onde muitas vezes são excluídas juntamente com os executivos mais maduros, os portadores de deficiências e muitos dos iniciantes em busca de seu primeiro emprego. Tal contexto demonstra a necessidade da constante oferta de ações afirmativas de gênero no âmbito do emprego e geração de renda.

Dado que historicamente as mulheres sempre foram discriminadas em relação ao alcance de determinados postos de trabalho ou equiparação salarial, além de uma cobrança da sociedade sobre tarefas diversas como: cuidar do lar, educar os filhos, preconceitos, ter uma quantidade numerosa de filhos, ter uma formação acadêmica diferenciada, etc. É necessária a discussão sobre os papéis de gênero da sociedade atual, bem como acerca dos estereótipos e cobranças acima citadas.

Cabe apontar, que a desigualdade de gênero imposta pelo modelo patriarcal fortalece as variadas formas de violências a quais as mulheres seguem sendo expostas, tais como, violência física, sexual, psicológica e patrimonial, onde ainda constatamos dados alarmantes, como podemos ver a seguir.

O Brasil é o 5º país no mundo em feminicídios.

- 5 Mulheres são espancadas a cada 2 minutos.
- 1 Mulher é estuprada a cada 11 minutos.
- 1 feminicídio ocorre a cada 90 minutos.
- 1 mulher é vítima de violência física ou verbal a cada 0,2 segundos.
- 1 mulher é vítima de assédio físico em transporte público a cada 6,1 segundos.
- 60 % das mulheres agredidas são negras.
- Nos últimos dez anos, a taxa de homicídio entre mulheres negras aumentou 15% enquanto que a de mulheres não negras diminuiu 8%.
- Mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos.
- Homens brancos ganham 63% a mais que mulheres negras.
- 60% das vítimas de mortalidade materna são negras.
- Brasil é o pior país da América do Sul para ser menina, segundo a ONG Save the Children, o país aparece no 102º lugar entre 144 nações
- O Brasil é o 3º País na América Latina e o 4º País no Mundo em números de Casamentos na Infância – segundo a ONG Promundo, 2016.

Logo, as políticas e ações afirmativas para mulheres, atualmente, são as medidas mais concretas para garantir a equidade de gênero. A equidade de gênero se refere à distribuição justa de direitos, oportunidades, recursos, responsabilidades, tarefas entre os gêneros respeitando as diferenças entre homens e mulheres.

Equidade, para Lagarde (1996, p. 216), consiste em que as mulheres sejam educadas e tratadas como seres humanos com direito à integralidade de seu corpo e de sua pessoa, ao respeito, aos cuidados e à obtenção dos bens materiais e simbólicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal.

A conquista de novos papéis com a possibilidade de realização profissional não fez desaparecer as tradicionais funções sociais atribuídas à mulher. O que se percebe é um acúmulo de atividades profissionais e domésticas que podem deteriorar a saúde física e emocional das mulheres.

Há uma grande necessidade de incorporar o debate sobre a equidade de gênero em políticas públicas, sendo este tema, no Brasil, o resultado de um longo processo social e político de participação e resistência das mulheres no cenário político e social como sujeitos sociais, cujas demandas questionam a estrutura de poder e a organização da vida cotidiana baseada na dominação masculina.

[...] a informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, um estudo implica o outro. Este uso insiste em que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, criado nele e por ele. Este uso rejeita a utilidade interpretativa de esferas separadas [...] (SCOTT, 1995, p. 80).

Sendo assim, o empoderamento feminino deve ser o centro do debate, lutando para afirmar a democracia de gênero como estratégia não só política, mas também socioeconômica e cultural das mulheres.

As transformações nas relações de gênero, no sentido da conquista de vínculos mais igualitários na dimensão do poder e a

quebra gradativa dos estereótipos de gênero que encerram homens e mulheres em roteiros sociais rígidos, são as mudanças necessárias para que as mulheres possam desenvolver seus talentos profissionais e suas potencialidades.

Desta forma, **o Projeto de Formação de Agentes Sociais** é um canal de atuação importante, capaz de fortalecer novas referências para o papel da mulher na dinâmica do território, da família e um novo lugar para “ser mulher” nas comunidades, contribuindo para a construção de lugares seguros, relações saudáveis e a diminuição no caminho para questionar direitos das mulheres não garantidos.

Como resultados, planejamos formar novas lideranças femininas nos territórios, ampliar nossa abrangência de mobilização comunitária, compreender demandas e desafios que se constroem no cenário de atuação da instituição.

Marcos Legais para formação

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA - 2006

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família e comunidade enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) – Lei 8.742/1993

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado são políticas de seguridade social não contributivas, que preveem os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

- A assistência social tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento das condições necessárias para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.
- A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e a seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- A organização da assistência social tem como base a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos envolvidos.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO (LDB) Lei nº 9.394/96
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – (ECA)
Lei nº 8.069/90

Com a articulação prevista por essas duas leis, se reconhece a necessidade de atuação com as famílias e comunidade, pois pressupõe-se que as crianças e adolescentes estão em constante interação com o núcleo familiar e comunitário. Esse olhar prevê a oferta de experiências diversificadas de sociabilidade, geração de renda e garantia de direitos, que incluem saúde, esporte, cultura e educação, para que se possa contribuir com a transformação da condição de vulnerabilidade e risco social.

O ECA dispõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

LEI MARIA DA PENHA – Lei 11.340/2006

Esta lei estabelece os mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher visando a promoção dos direitos fundamentais e a garantia de políticas públicas que promovam a qualidade de vida e oportunidades para viverem seus direitos em igualdade e sem violência.

- Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.
- Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- § 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- § 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.



O modelo formativo

A Formação de Agente Sociais está baseada na metodologia de educação de pares e na metodologia participativa. O termo educação de pares veio do inglês “peer educator” e é utilizado quando uma pessoa do próprio grupo faz o papel de facilitador e desenvolve ações educativas para este grupo. É um processo de ensino e aprendizagem, que permeia a troca de experiências e a valorização dos diversos saberes.

Nosso modelo tem 3 características que estruturam a Formação:

- **PARTICIPATIVA** - criação de um ambiente de aprendizado onde existe a livre expressão de ideias e opiniões; promoção da Educação de Pares entre mulheres com experiências pessoais, acadêmicas e comunitárias similares, mas vivenciadas ou observadas por prismas individuais diferentes, e, ou tempo de permanência no projeto diferentes, dialogando sobre o processo formativo e ações práticas.
- **CONTINUADA** - repetição de temas transversais, que são apresentados e debatidos em diferentes formatos ao longo das unidades de desenvolvimento da Formação da Agente Social.
- **PROGRAMADA** - Respeito ao desenvolvimento individual, investe no monitoramento de mudanças individuais e coletivas durante o período máximo da formação (até 2 anos).

ORGANIZAÇÃO DA ROTINA FORMATIVA

A carga horária semanal da formação da Agente Social é de **20 horas**, sendo:

- a) 10 horas de capacitação/formação;
- b) 2 horas de reunião (Fórum) para organização da rotina e estratégias para o trabalho em grupo;
- c) 8 horas de atuação na comunidade (visitas às famílias, identificação das demandas, ações na comunidade e projetos Gol de Letra).

A equipe que estruturará o acompanhamento e formação das agentes é de caráter interdisciplinar, que compreenda formação de nível superior nas áreas de ciências sociais, serviço social, psicologia, pedagogia e áreas afins.

Percurso Formativo

Fase 1

Divulgação das vagas para Agente Social

As vagas são divulgadas num edital, apresentado nas redes sociais da Gol de Letra, nos espaços comunitários por meios digitais e, ou cartazes com as informações que são encaminhados à rede local, às famílias dos atendidos e também à comunidade de forma geral.

A inscrição é realizada por meio digital e, ou na sede da Fundação Gol de Letra, de acordo com o calendário a ser definido pela equipe.

Fase 2

O Processo seletivo

Após preenchimento das fichas de inscrição, são realizadas as atividades do processo seletivo, conforme definido em edital, podendo ser dinâmicas de grupo, entrevista de avaliação socioeconômica e levantamento de conhecimentos prévios através de registro escrito, oral ou de audiovisual. O objetivo é identificar interesse pela atuação em comunidade e disponibilidade

Fase 3

Ambientação e Integração Gol de Letra

Durante o primeiro mês são realizadas atividades de integração com o grupo, apresentação das rotinas da Gol de Letra, da equipe e dos programas.

Fase 4²

Formações e capacitações

Realizamos capacitações norteadas pelo planejamento da equipe e necessidades identificadas na comunidade, dentro de um plano integrado de formação completo e coerente, visando à construção de uma metodologia para o desenvolvimento comunitário e da agente social.

Estas capacitações poderão abordar temas diversos como, desenvolvimento pessoal, território, garantia de direitos, cidadania, direitos sexuais e reprodutivos, meio ambiente, inclusão digital, comunicação oral e escrita, desenvolvimento comunitário e inclusão produtiva e, ou ainda geração de renda.

²As fases de 4 a 8 são vivenciadas simultaneamente conforme cronograma de atividades organizada para cada grupo de agentes sociais. Estamos apresentando separadamente para facilitar a compreensão do leitor.

Fase 5

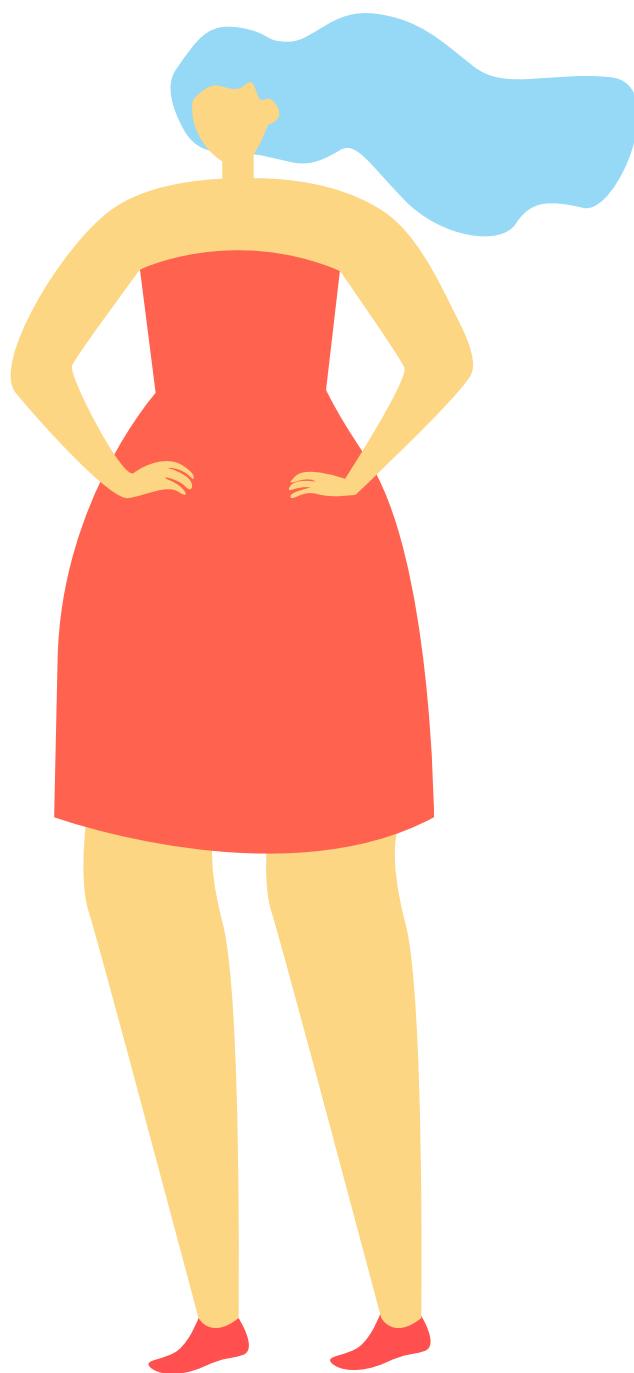
Fórum

O fórum é um espaço de formação que a equipe formadora utiliza para trabalhar as questões de relacionamento do grupo, a rotina e organização das atividades, desenvolvimento de temas relacionados à autonomia, fortalecimento da autoestima, projeto de vida e demandas identificadas na comunidade e nos projetos Gol de Letra.

Fase 6

Participação em atividades externas e Rede

Nesta fase, incluímos na rotina das agentes sociais a participação em atividades externas de formação, reuniões de rede, conselhos de direito, grupos de discussões e projetos que atuam com propostas de mobilização e desenvolvimento comunitário, sendo esta participação considerada parte do programa de formação do grupo.



Fase 7

Participação e apoio nas atividades internas

As agentes sociais são divididas em duplas e ou grupos (variando de acordo com o número de agentes sociais em formação e projetos em desenvolvimento) para dar apoio aos projetos promovidos pela instituição. Neste espaço as agentes sociais são convidadas a contribuir e fortalecer o desenvolvimento comunitário nos projetos, por meio de:

- Identificação de demandas locais relacionadas ao objetivo do projeto
- Participação no planejamento e execução das ações de intervenção comunitária;
- Divulgação das ações institucionais e comunitárias que o projeto possa interagir e fortalecer em âmbito local.

Fase 8

Projetos de Ação Direta

Esta fase acontece no último semestre formativo, para efetivar a multiplicação das práticas e conhecimentos adquiridos no processo de formação. Neste momento, em parceria com a equipe formadora cada agente social desenvolve projeto(s) de ação direta na comunidade, a partir dos seguintes aspectos:

- levantamento das necessidades;
- problematização;
- objetivos;
- mobilização;
- realização da ação na comunidade.

RESULTADOS ESPERADOS

Na Formação das Agentes Sociais, os resultados desejados, ao final da formação, são:

- Mulheres fortalecidas e autônomas e que se sintam capazes e confiantes para transmitir os conhecimentos adquiridos para outras pessoas.
- Mulheres proativas e envolvidas na articulação de propostas de mobilização da comunidade visando melhorias para o desenvolvimento local.
- Comunidade mais informada e engajada nas questões de melhoria local, envolvendo políticas públicas e processos democráticos.
- Mulheres que reconheçam valor no resgate da sua história de vida, constatação e conhecimento das suas capacidades individuais e sociais, assim como a elaboração da sua identidade e auto estima;
- Mulheres compreendendo a cidadania como participação social e política, vivenciando o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Mulheres se posicionando de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações



AVALIAÇÃO

A Fundação Gol de Letra possui metodologia própria de avaliação das aprendizagens e realiza seu processo avaliativo das agentes sociais com as seguintes etapas:

a) Avaliação diagnóstica inicial: aplicação de um instrumento diagnóstico que verifica o conhecimento prévio da mulher em relação à formação que receberá e quanto há de defasagens na capacidade de expressão e aprendizagem que podem interferir nas metas previstas pelo Projeto;

b) Monitoramento: acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem da agente social, pela equipe formadora e da construção de valores coletivos e individuais, como autoestima e respeito, por exemplo.

c) Avaliação final: reaplicação dos instrumentos de avaliação utilizados no diagnóstico para verificação dos avanços nas aprendizagens obtidas ao longo do ciclo formativo.

É importante destacar que para a Gol de Letra, avaliação é um processo contínuo e permanente integrada as ações institucionais, para o fortalecimento das estratégias, a partir do aprendizado gerado pela observação do impacto demonstrado pelos participantes das ações. Sendo este recurso fonte de aprimoramento, planejamento, celebração ou mudança no perfil da intervenção.

Nessa perspectiva entendemos avaliação, como descrita por Aguilar e Ander-Egg:

“A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados» (p. 31-32).

Com essa concepção entendemos a avaliação como um processo vital para o processo de formação das agentes sociais.

Considerando o modelo formativo e a perspectiva qualitativa das ações, para as avaliações são utilizados questionários de auto avaliação para as agentes sociais em formação ao longo do processo formativo e no final. Sendo permitido à equipe formadora que a partir do perfil do grupo e, ou demandas institucionais, qualifique o processo avaliativo com outras estratégias avaliativas.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de Serviços e Programas Sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003
- CAMARGO, Mônica Zagallo (Org.). Programa Virando o Jogo: uma experiência da Gol de Letra com educação integral. São Paulo: Fundação Gol de Letra, 2012.
- _____. Uma relação de respeito, confiança e troca de saberes. São Paulo: Fundação Gol de Letra, 2013.
- CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: Revista Serviço Social e Sociedade 57. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- CHAUI, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Cortez, 1993.
- CORRÊA, A. M. H. O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- DOWBOR, L (Org.). Políticas para o desenvolvimento local/organização. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Um olhar sobre a vila: uma experiência de formação para a cidadania. São Paulo.
- FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Gol de Letra: 10 anos de uma história real. São Paulo: Museu da Pessoa/Fundação Gol de Letra, 2010.
- FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Relatórios de avaliação desenvolvidos pela BeCAP Consultoria, Avaliação e Pesquisa (pesquisadora responsável: Cristiana Mercadante Esper Berthoud).
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- MEIRELLES, M. C. Conhecimento e prática social: a contribuição da sistematização de experiências. São Paulo: PUC, 2007 (biblioteca virtual).
- LAGARDE, M. Género y feminismo - desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996.
- LEI MARIA DA PENHA - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 2021
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 2021
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 2021
- RAYO, J. T. Educação em Direitos Humanos: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.
- SCOTT, J. W. Desconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria pos estructuralista para el feminismo. Feminária, Buenos Aires, ano VII, n. 13, nov. 1994.
- SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SCHARTZ, Kate. Mulheres incríveis: artistas e atletas, piratas e punks, militantes e outras revolucionárias que moldaram a história do mundo. Bauru, SP: editora Altral Cultural, 2017.
- SPOSATI, A. A menina Loas. 3.ed. São Paulo: Cortez; 2007.
- VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das Políticas de Saúde. Rio de Janeiro: Physis, 2004; 14. p.67-83.
- WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2004
- WÜNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p-103-117, Abr./Jun. 2004.



Patrocínio

